

As mais diversas **opiniões**, debates e alguns (poucos) estudos sobre os Macaenses vão-se sucedendo regularmente, o que, apesar de **contradições** várias e invenções muitas, tem a vantagem de sublinhar a vitalidade de uma **comunidade singular** que, resultado de um muito demorado processo histórico, permanece arquivo incontornável das memórias **identitárias** que se mostram ainda fundamentais para preservar a singularidade do **património** cultural de Macau. Se a diversidade de opiniões revela a dimensão composta e **inter-subjetiva** do tema da identidade macaense (que convém observar na pluralidade), a rigorosa investigação dos processos **pluriseculares** que contribuíram para destacar entre a população geral de **Macau** uma comunidade cultural e **transcultural** própria encontra-se embaraçada por algumas persistentes ideias tão erradas como apressadas sobre as «**origens**» dos Macaenses. A história de Macau, incluindo o tema recorrentemente debatido, mas mal resolvido **cientificamente**, das suas «origens», é um processo. Este processo histórico foi mesmo mobilizando diferentes narrativas das «origens» da cidade que, com frequência, se mostram **contraditórias, exageram factos**, inventam identidades e organizam a sua própria representação

lusofonias

nº 03 | 01 de Julho de 2013

Este suplemento é parte integrante do Jornal Tribuna de Macau e não pode ser vendido separadamente

COORDENAÇÃO:

Ivo Carneiro de Sousa

TEXTOS:

- O Barco do Amor Macaense de Montalto de Jesus
- Ainda e sempre Charles Boxer
- O processo histórico: Demografia, Comércio e Sistema Familiar
- A mudança demográfica (1820-1850)
- O Macaense no arrolamento militar de 1822
- Representações Culturais
- A Fisionomia, hábitos e língua dos Macaistas: *nunca bom jogá*
- Funções Culturais
- Ser ou não ser Macaense? Eis a questão?

Dia 08 de Julho:

O Fórum de Macau dez anos depois: Oportunidades e Desafios

APOIO:



慶祝中國－葡語國家經貿合作論壇（澳門）成立十週年

Comemoração do 10º Aniversário do Estabelecimento do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau)

Os Macaenses:

*formação histórica,
representações
e funções culturais*



Os Macaenses: formação histórica, representações e funções culturais

• Ivo Carneiro de Sousa •

As mais diversas opiniões, debates e alguns (poucos) estudos sobre os *Macaenses* vão-se sucedendo regularmente, o que, apesar de contradições várias e invenções muitas, têm a vantagem de sublinhar a vitalidade de uma comunidade singular que, resultado de um muito demorado processo histórico, permanece arquivo incontornável das memórias identitárias que se mostram ainda fundamentais para preservar a singularidade do património cultural de Macau. Se a diversidade de opiniões revela a dimensão compósita e inter-subjectiva do tema da identidade macaense (que convém ob-

servar na pluralidade), a rigorosa investigação dos processos plurisseculares que contribuíram para destacar entre a população geral de Macau uma comunidade cultural e transcultural própria encontra-se embaraçada por algumas persistentes ideias tão erradas como apressadas sobre as «origens» dos Macaenses.

A história de Macau, incluindo o tema recorrentemente debatido, mas mal resolvido cientificamente, das suas «origens», é um processo. Este processo histórico foi mesmo mobilizando diferentes narrativas das «origens» da cidade que, com frequência, se mostram contraditórias, exa-

geram factos, inventam identidades e organizam a sua própria representação da população local. O mesmo acontece rigorosamente em relação aos *macaenses* quando se procura insistir impropriamente na devassa inútil de uma «origem» essencial, esquecendo-se o processo de muita longa duração que gerou socialmente uma comunidade cultural pluriforme que, nas primeiras décadas do século XIX, inventou e difundiu o termo *macaense* (por vezes, também o de *macaista*...) para promover a sua identidade cultural quando Macau se transmutou em sociedade maioritariamente habitada por emigrantes chineses e os portugueses continentais (assim como outros europeus) se descobriam dificilmente na ordem das muito escassas centenas. Os macaenses não resultam social e culturalmente de qualquer aventura singular de um fundador ou de uma tribo inicial, muito menos de qualquer especial capacidade lusitana para se adaptar a sociedades tropicais, sendo processo demorado cruzando as ordens da demografia, dos sistemas de parentesco, das estruturas económicas e sociais, correndo a par com a representação narrativa de estamentações, grupos e diversidades culturais. No entanto, apesar de resultar de um processo de longa duração, a (muita limitada) historiografia de Macau foi insistindo desde os seus primórdios em determinar uma unívoca origem dos Macaenses que tinha no debutar do século passado a apelativa vantagem de os singularizar entre a população maioritariamente chinesa do território.

O BARCO DO AMOR MACAENSE DE MONTALTO DE JESUS

Descontando algumas memórias doitocentistas impressas e manuscritas, a historiografia contemporânea de Macau data de 1902 quando Montalto de Jesus publica, em prelos de Hong Kong, o seu bem conhecido «*Historic Macau*». A obra seria traduzida e reeditada em Macau, já em 1926, mas em impressão rapidamente proibida, apreendida e queimada publicamente, provocando uma ampla proscrição do nosso autor entre os meios sociais mais elevados da sociedade «oficial» de Macau. Se a primeira edição chegou mesmo a ser elogiada por rebater algumas das teses críticas em circulação em estudos europeus, principalmente britânicos, sobre os direitos (sobretudo a sua ausência...) de soberania portuguesa no enclave, a segunda edição em português tornou-se maldita não tanto pelo duro criticismo dirigido à administração colonial e ao longínquo governo instalado em Lisboa, mas muito mais por defender esse fantástico projecto de entregar Macau à «Sociedade das Nações» com o objectivo de transformar a cidade em porto franco internacional. Embora se descubra uma obra politicamente comprometida, o livro de Montalto de Jesus é trabalho de um histo-

riador (rigorosamente, o primeiro), concretizando um esforço sincero e documentado para entender Macau enquanto espaço relacional cruzando - mas sem ter em conta as intermediações muitas... - a China e Portugal, mobilizando sentido esforço de investigação e interpretação de muitas fontes portuguesas, locais e mesmo de algumas fontes chinesas, apesar de quase sempre lidas em segunda mão através de traduções em inglês. O seu esforço gerou uma das formas historiográficas mais perenes de entender a história de Macau como um tema exclusivamente político vinculado ao que Montalto designava pelo «poder senatorial» que, a seu ver, tinha conseguido fundar e defender a autonomia do enclave: era na criação do Leal Senado, oficialmente a partir de 1583 mas com raízes em 1562, que o primeiro historiador de Macau encontrava a instituição representativa da sua população e o paradigma de uma «república» autónoma e especial. Esta singularidade assentava igualmente na original etno-génese da população fundacional de Macau, entre os idos de 1553 e 1557, explicada nestes termos:

«*Sendo a procriação de uma raça*

mista, mas legítima e cristã, um aspecto característico da colonização portuguesa iniciada por Albuquerque e alentada pelo influente clero, os primeiros colonos portugueses casaram com mulheres japonesas e de Malaca, mas sobretudo com estas. Embora as relações entre Macau e Malaca tenham cessado há séculos, vestígios destas avós dos macaenses podem ainda ser encontrados em certas características etnográficas que estão gradualmente desaparecendo sob as influências da evolução social. Além disso, o patois macaense atesta uma influência predominantemente malaquesa enquanto a influência japonesa poucos vestígios deixou». (p. 58)

Sempre cuidadoso e profissional na verificação das suas provas e interpretações, Montalto de Jesus somou em nota a um punhado de termos malaios presentes no *patuá* de Macau - como estavam presentes em muitos outros dialectos «luso-asiáticos» desde Tugu, nos arredores de Jacarta, a Bidao, nos arrabaldes de Díli, ou não fosse o malaio a grande língua de comércio da história moderna do Sudeste Asiático - uma ainda mais curiosa anotação, explicando que a preferência dos primeiros

portugueses estabelecidos no enclave do Rio da Pérola por mulheres malaias radicava num

«*episódio romântico ocorrido após a chegada da primeira expedição portuguesa a Malaca, quando uma conspiração para massacrar num banquete os oficiais, e destruir a sua frota, foi frustrada por uma rapariga nativa, que, estando apaixonada por um marinheiro português, nadou até ao seu barco e revelou a traição planeada».* (p. 339)

Esta vetusta versão portuguesa de um «barco do amor» que, nos mares orientais, subjugava completamente as mulheres locais aos encantos fatais dos portugueses não é apenas uma legenda ficcional. Alguns autores sérios continuam no essencial a difundir que esta associação entre fogosos aventureiros portugueses e belíssimas jovens malaias constituiu a *fons vitae* de onde brotou a população de Macau. Assim, após a polémica em torno da obra de Montalto de Jesus, a bonança regressou seguidamente às poucas histórias gerais de Macau que, publicadas no último meio século, persistem em reproduzir a romântica tese montaltiana. É o caso do trabalho orga-

LUSOFONIAS - SUPLEMENTO DE CULTURA E REFLEXÃO

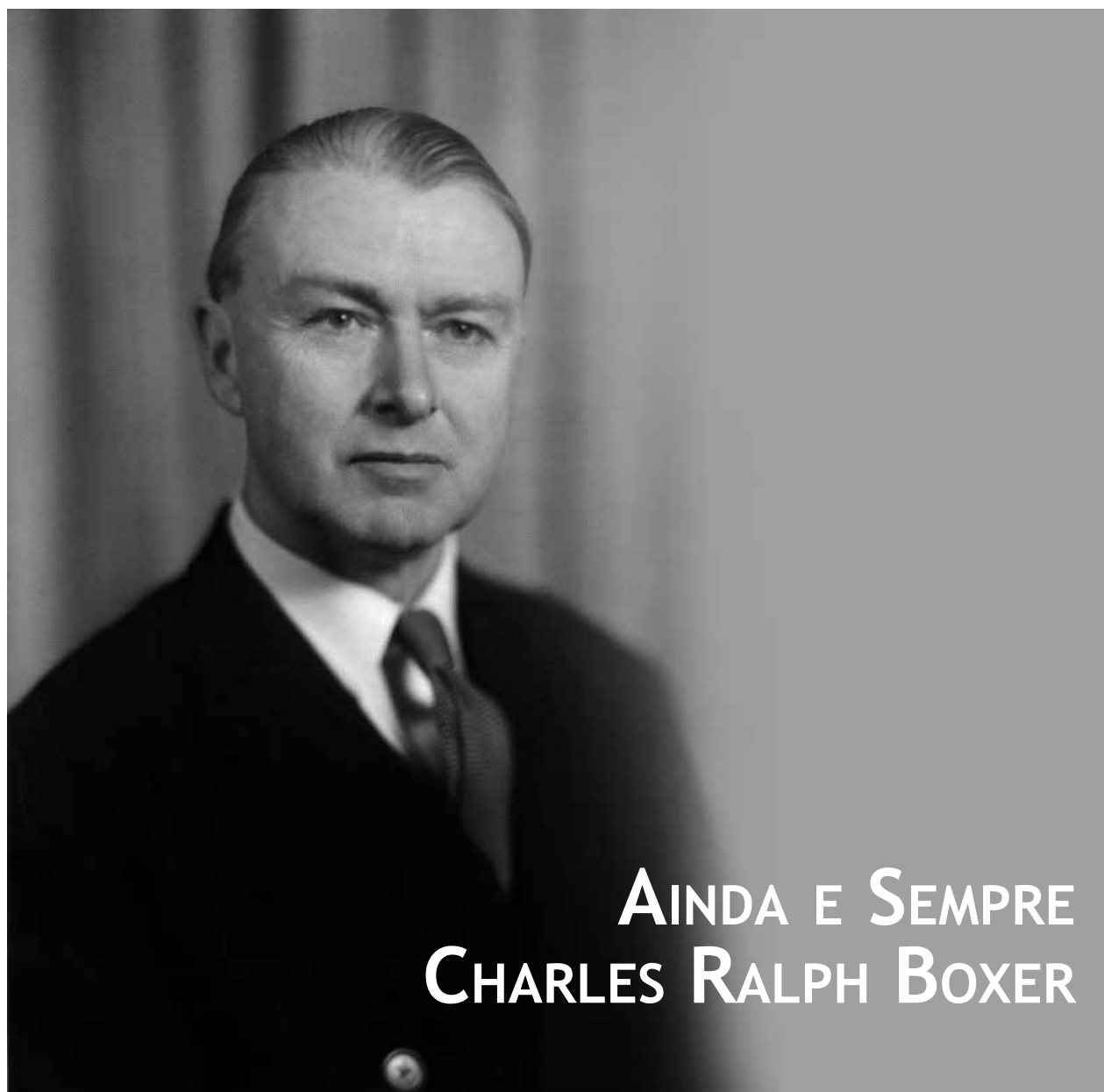
Propriedade Tribuna de Macau, Empresa Jornalística e Editorial, S.A.R.L. | Administração e Director José Rocha Dinis | Director Executivo Editorial Sérgio Terra | Coordenação Ivo Carneiro de Sousa | Grafismo Suzana Tôres | Serviços Administrativos Joana Chói | Impressão Tipografia Welfare, Ltd | Administração, Direcção e Redacção Calçada do Tronco Velho, Edifício Dr. Caetano Soares, N.º4, 4A, 4B - Macau • Caixa Postal (P.O. Box): 3003 • Telefone: (853) 28378057 • Fax: (853) 28337305 • Email: lusofoniasjtm@yahoo.com

nizado cronologicamente que, em extensas 408 páginas, Artur Levy Gomes intitulou com alguma prudência, em 1957, *Esboço da História de Macau* (1511-1849); a mesmíssima explicação lírica cativou também esse infatigável investigador e publicador de documentos da história macaense que foi Luís Gonzaga Gomes, nomeadamente nas suas 552 longas *Páginas da História de Macau*, estampadas em 1966; sendo a tese de Montalto de Jesus rigorosamente copiada (mas não citada) nesses vários volumes com que, desde 1996, Gonçalo de Mesquitela começou a editar os seus hoje seis cuidados tomos de um pessoal projecto de redigir uma «História de Macau».

O feminino «barco do amor» malaio de Montalto de Jesus navegou também com hospitalidade em muitos estudos de antropologia. Apesar de não existir qualquer história da etnografia e antropologia de Macau, rapidamente se percebe que são sobretudo esses vários estudos entre etnografia, antropologia física, social e cultural que procuram estudar os «macaenses» a sentirem-se obrigados a perseguir fundamentações históricas. Seriamente, com a devida consagração académica em sede de tese de doutoramento defendida na Universidade de Toulouse, em 1974, descobriu-se Almerindo Lessa a defender a malaia tese de Montalto em livro com este fantástico título: *A História e os Homens da Primeira República Democrática do Oriente. Biologia e Sociologia de uma Ilha Cívica*. A apaixonada etno-génese histórica proposta por Montalto de Jesus sobrevive ainda, não sem algumas pertinentes observações críticas, nessa obra importante que, em 1988, Ana Maria Amaro intitulou *Filhos da Terra*, somando ao autor do *Historic Macau* o livro publicado em 1897 por Bento da França, o estudo de 1965 do Padre Manuel Teixeira, mais os trabalhos de Álvaro Machado, Francisco de Carvalho e Rego e Eduardo Brazão: em todos, a engenhosa tese de uma origem malaia feminina na formação da população de Macau instalava-se no porto da Cidade do Nome de Deus para ficar.

Seja como for, aqueles que hoje em dia persistem (e bem) em continuar a preservar a sua memória cultural enquanto *macaenses* podem dormir sossegados quanto aos resultados obtidos pela mais científica das investigações antropológicas sobre o tema, já que Almerindo Lessa depois de muitas medições corporais, análises sanguíneas e outras instrumentações fenotípicas pôde concluir com reconfortante normalidade que

Os Macaenses apresentam uma posição de mistura racial, intermediária entre a dos Chineses e a dos Portugueses embora mais próxima dos primeiros. Se o estudo hemotipológico demonstrou a presença de raízes mediterrânicas e insulíndicas, que a própria comunidade já tinha esquecido, a presença de certos antigénios arcaicos aproxima, por seu turno, os patrimónios biológicos dos macaenses dos leucodermos da Europa e dos melanodermos da África. Que tanto os chineses como os macaenses são povos melanodérmicos ainda o provaram os estudos feitos sobre as variações percentuais de cobre no soro sanguíneo. Também a capacidade de visão das cores mantém os mestiços portugueses do Rio das Pérolas no plano das situações biológicas normais e próprias dos mongolóides, portanto sem aquela correcção que eu encontrei nos mestiços euro-africanos de Cabo-Verde; e o mesmo direi dos estudos sobre a aguesia aos sais de ureia («cegueira gustativa») e sobre a capacidade de excreção urinária da betamina. O que permite desde já afirmar que o mestiço luso-tropical de Macau é um ser biologicamente equilibrado e resultante na sua adaptação...



AINDA E SEMPRE CHARLES RALPH BOXER

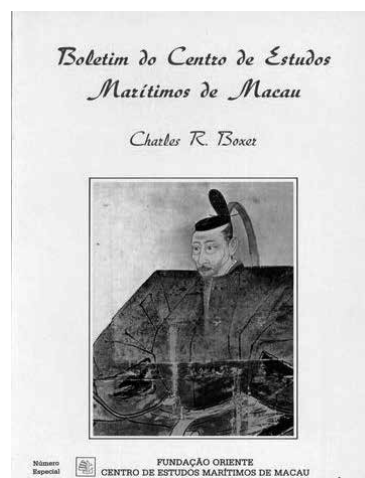
A crítica (melhor seria dizer demolição) da engenhosa tese romântica de Montalto de Jesus calmamente reproduzida entre histórias, antropologias, antologias muitas e ensaios variados, deve-se ao trabalho aturado desse investigador maior da história de Macau e do império português no Oriente que foi Charles Boxer (1904-2000), também soldado e espião em Hong Kong desde 1936 para depois ser preso pelos invasores japoneses até 1945. Nas suas dezenas de títulos dedicados a Macau, Boxer estudou em *Fidalgos in the Far East* (1550-1770), de 1948, e nessa obra referencial que é *Mary and Misogyny: Women in Iberian Expansion Overseas* (1415-1815), título já de 1975, o tema da população feminina nas primeiras décadas da

fixação portuguesa na península do Delta do Rio das Pérolas. O historiador britânico começou por chamar a atenção para algumas ideias simples: exceptuando algumas orfãs enviadas de Lisboa para o Brasil e Goa para alimentar matrimónios com fidalgos e preencher claustros conventuais, não existiam mulheres portuguesas europeias nos espaços de presença lusa no Oriente, pelo que casamentos e outros encontros no feminino se faziam com mulheres locais. Acrescenta ainda Boxer que, salvo o comércio de escravas entre os enclaves portugueses na Ásia, controlado como mercadoria, o transporte marítimo de mulheres era não apenas legalmente muito condicionado, como era também continuamente hostilizado pelos missionários católicos que, sobretudo jesuí-

tas, se opunham em evidente misogenia aos perigos que o *belo sexo* poderia causar entre tripulantes e, depois, nos enclaves de destino. Explica, por isso, o nosso historiador que o transporte de mulheres entre Malaca e Macau não se comprova documentalmente e, a ter existido, era absolutamente residual, mesmo assim tendo completa-

mente terminado depois da conquista holandesa, em 1641, do enclave português. Mais ainda, Charles Boxer conseguiu documentar a compra de escravas chinesas por mercadores portugueses activos nos tratos do Sul da China desde 1519, prática ampliada depois de 1530 quando muitos comerciantes privados lusos e euro-asiáticos se instalaram demoradamente nas ilhas do Delta do Rio das Pérolas para, depois, se fixarem em Macau com exten-

sas famílias e criadagens maioritariamente formadas por crianças, jovens e mulheres chinesas compradas não apenas entre as populações rurais pobres do Sul, mas sobretudo entre a abundante população marítima que se encontrava proibida de frequentar os espaços continentais do Império do Meio. Boxer concluiu que, em convívio com as autoridades mandarínicas regionais, os primeiros portugueses e euro-asiáticos de Macau tiveram generoso acesso a crianças e mulheres chinesas com as quais casaram e, mais abundantemente, encontraram as concubinas, criadas e escravas indispensáveis para a sua reprodução social e familiar. O historiador britânico preferiu chamar estas crianças e mulheres chinesas com um termo mais comum no século XIX: *mui-tsai*.





O PROCESSO HISTÓRICO: DEMOGRAFIA, COMÉRCIO E SISTEMA FAMILIAR

Charles Boxer tinha razão. Todas as fontes documentais disponíveis - centenas de testamentos depositados na Santa Casa da Misericórdia e noutras instituições públicas, notariais e religiosas, os muitos processos do Juízo dos Orfãos, a somar a vários outros textos históricos incluindo de insuspeitos viajantes estrangeiros - testemunham a esmagadora reprodução familiar, sexual e doméstica das primeiras gerações de portugueses e euro-asiáticos instalados em Macau ainda nas décadas finais do século XVI graças a uma continuada incorporação de mulheres chinesas, maioritariamente resgatadas, compradas e raptadas com poucos meses e anos de vida. Outras mulheres asiáticas, tanto do Sudeste Asiático como da Coreia ou do Japão, são absolutamente fragmentárias na população geral, exceptuando a larga entrada de centenas de jovens escravas timorenses ao longo do século XVIII, mas que raramente acediam ao casamento, servindo como criadas em casas privadas, hospitais e conventos. Esta documentação permite perceber que a incorporação desta população feminina, esmagadoramente chinesa, se fazia através do que, entre os séculos XVI e XVIII, se designava simplesmente por «casa»: unidades domésticas alargadas em que conviviam várias famílias nucleares de progenitores e descendentes biológicos com comensais, escravos e criados, enformando um sistema de relações sociais estruturado. Para estas «casas» de famílias extensas, a acumulação de jovens mulheres constituía um capital simbólico tão importante como a acumulação de capital económico. Era a apropriação em unidades domésticas alargadas dessas crianças e jovens mulheres chinesas que permitia ganhar posições favoráveis no mercado matrimonial da comunidade cristã local, saturado de mulheres e escasso em homens, normalmente numa relação de quatro mulheres para um homem. Conseguir, assim, casamentos favoráveis significava concretizar alianças sociais indispensáveis na reprodução do poder político, social e económico de um sector da população de Macau excessivamente debruçado e dependente dos jogos das trocas do comércio marítimo.

Esta especialização social com impacto demográfico gerou um processo progressivo de elitização social, produzindo uma alta burguesia comercial urbana que

se encontrava estabilizada em meados do século XVIII e que estará nas origens da invenção identitária da palavra *macaense* quando, a partir de 1820, se torna numa minoria populacional mais ainda obrigada nas décadas seguintes a encontrar em Singapura, Hong Kong e Xangai as situações sócio-profissionais que a concorrência comercial internacional tinha retirado de Macau. Cruzando, assim, processo social e estruturas populacionais, entre os séculos XVI e XVIII, é possível sistematizar a organização do sistema demográfico tradicional de Macau em torno das seguintes características fundamentais: (i) o mercado matrimonial aparece dominado pela circulação feminina cujo controlo funcionou como um dos mais importantes processos de regulação demográfica local; (ii) a idade do casamento mostra continuamente uma estrutura de casamento feminino precoce, entre os 12 e 16 anos, contrastando com a elevada média masculina, entre os 30-35 anos, não se documentando alterações conjunturais a este sistema, o que significa que a mudança da idade do casamento não foi necessária como regulador demográfico; (iii) documenta-se igualmente uma demorada estrutura de re-casamentos femininos que, apesar do saturado mercado matrimonial, indiciam um processo de elitização social através de formas de casamento quase endogâmico entre as elites comerciais cristãs macaenses, permitindo mesmo ao longo do século XVIII o aparecimento de líderes comerciais femininos de origem chinesa herdeiras de ricas empresas mercantis de maridos muito mais velhos tanto portugueses como euro-asiáticos; (iv) a comunidade populacional da cidade cristã exhibe na longa duração uma preferência pela estruturação de famílias extensas, sobrepujando as relações parentais biológicas para perseguir formas de aliança parental sociais e simbólicas que se afiguram fundamentais na produção das burguesias comerciais e capitalistas de Macau; (v) finalmente, a população chinesa habitando fundamentalmente fora de muros e em embarcações era apenas ligeiramente maioritária, mas assegurava a maior parte da produção artesanal e agrícola, a par com o pequeno comércio que escorava as rotinas que se estendiam do transporte ao abastecimento alimentar.

O território conseguiu através deste sistema pluris-

secular estabilizar o seu tecto demográfico até princípios do século XIX em cerca de 12.000 a 15.000 pessoas, reivindicando cerca de 4.000 a 5.000 uma condição *cristã* em que se incluía uma estreita minoria de origem «portuguesa» privilegiada no acesso aos cargos políticos municipais e na dominação do comércio marítimo autorizado pelas autoridades chinesas a realizar-se anualmente em 25 embarcações. Por isso, este tecto demográfico tradicional foi defendido estrategicamente e oficialmente tanto pelas autoridades municipais «portuguesas» - organizadas em torno dos dois pilares fundamentais do regime, o Leal Senado e a Santa Casa da Misericórdia - quanto pelos mandarins chineses locais e regionais que foram vigiando e limitando a expansão da emigração chinesa para Macau, incluindo o encerramento recorrente das Portas do Cerco durante os períodos de crises frumentárias sucessivas no Sul da China. Combinando famílias extensas, profunda exploração de mulheres chinesas resgatadas em tratos escravistas e o predomínio social de uma burguesia comercial controlando as rotas lucrativas do Sudeste Asiático, este sistema demográfico peculiar aparece perfeitamente observado no texto em que o viajante inglês Peter Mundy recorda a sua estada demorada em Macau, ao longo de 1637. Recebido com sentida hospitalidade em casa do poderoso capitão e comerciante António de Oliveira Aranha, na altura um dos quatro vereadores do influente Senado, Mundy destacou o ambiente hospitaleiro deste tipo de unidades domésticas extensas dos grandes mercadores ligados a essa «época dourada» de Macau construída com os lucros generosos dos tratos da prata do Japão:

«A casa do dito Senhor António com mobília, divertimento, etc. era semelhante à outra, diferindo apenas no facto de que eramos servidos por criadas, mulheres chinesas da sua própria casa, compradas por ele como acontecia em quase todas as casas. Disseram-me que nesta cidade só havia uma mulher nascida em Portugal. As esposas eram chinesas ou de raça mestiça casadas com portugueses.

Os chineses pobres vendem os seus filhos para pagar as suas dívidas ou para se manterem (isto é de algum modo aqui tolerado), mas com a condição de os alugarem ou contratarem como criados por trinta, quarenta ou cinquenta anos, dando-lhes depois a liberdade. Alguns vendem-nos sem quaisquer condições, levando-os durante a noite embrulhados num saco secretamente e separando-se deles por dois ou quatro reais de oitavo cada um».



Um ano mais tarde, em 1638, o italiano Marco D'Avalo, personagem obscura mas com interesses nos tratos comerciais de Macau, escreveu nos seus "ricordi" simplesmente que «os portugueses casaram com mulheres chinesas e desta forma Macau tornou-se povoada». Décadas depois, fixando em manuscrito a sua longa estada em Macau, entre 1698 e 1699, o engenheiro francês François Forget reconhecia com algum espanto esta contradição: a cidade definhava decadente, não se contavam mais do que quatrocentos «portugueses», mas conseguia ainda assim suportar «sete ou oito mil mulheres». Um modelo demográfico que foi ainda cuidadosamente observado e descrito pelo cronista inglês George Staunton, membro da célebre embaixada britânica dirigida por Lorde George Macartney, entre 1792 e 1794, fracassadamente famosa por não ter conseguido convencer o imperador a abrir os portos da China aos produtos industriais britânicos considerados em Pequim inúteis e de péssima qualidade. Hospedado em Macau durante vários meses de 1793, Staunton deixou-nos este registo da população não sem algumas considerações pouco abonatórias:



«Os portugueses são demasiado orgulhosos e indolentes para se rebaixarem à condição de camponeses ou artífices. Não existe

talvez em todo o seu território um único operário, artesão ou lojista que seja português quer por nascimento quer por descendência. A população totaliza cerca de doze mil, dos quais muito mais de metade são chineses».

A MUDANÇA DEMOGRÁFICA (1820-1850)

A população e a sociedade de Macau sumariamente debuxadas por Staunton mudam profundamente em trinta rápidos anos entre 1820 e 1850. Uma ampla colecção de factores económicos e sociais gera novas estruturas populacionais, dissolvendo sem retorno as formas pré-industriais de equilibrar população e recursos, estamentação e divisão social do trabalho, capital e trabalho, poderes sociais e representação política. A alteração oitocentista profunda da ordem demográfica de Macau começa por ressaltar nitidamente de uma nova ordem da competição económica e comercial entre as diferentes potências coloniais europeias, causando uma renovada ofensiva política, económica e social do colonialismo ocidental, assim provocando nos diferentes mundos asiáticos mudanças na sua posição económica, nas estruturas da divisão social do trabalho e nas relações comerciais universais. A mutação demográfica organiza-se também com os primórdios da industrialização do enclave, estendendo-se das indústrias têxteis e da construção civil à «revolução» dos transportes arrastada pela introdução do vapor nos tratos marítimos. Uma alteração profunda marcada igualmente pelo crescimento exponencial da emigração de trabalhadores chineses que, em torno do modelo dos «coolies», encontra em Macau uma plataforma de distribuição à escala mundial e, ainda que mais fragmentariamente, trabalho local. Assim, um crescimento continuado da população geral macaense impõe-se nas primeiras décadas do século XIX para ficar, gerado não pela alteração das estruturas demográficas naturais - mortalidade, natalidade e fecundidade - mas por um processo permanente de recrutamento e fixação de emigração chinesa, cerca de três quartos vinda de Cantão para um quarto do Fujian. Um modelo demográfico que persiste ainda hoje, sendo difícil avaliar com rigor quando e em que condições deixará Macau de crescer demograficamente graças à emigração, mais ainda quando se verifica uma inelutável queda da natalidade (ligeiramente matizada neste primeiro semestre de 2013 graças às simbólicas vantagens do Ano

da Serpente) e um abaixamento ainda mais importante da mortalidade, ampliando a esperança de vida, mas provocando novos dilemas sociais e económicos que, provavelmente, virão a ser responsáveis pela dissolução da ordem demográfica «industrial» do território.

Os primeiros esforços de uma civilização censitária começam pelo arrolamento militar de 1822 que regista cerca de 8.000 chineses crescendo, segundo o sumário do censo, devido ao «subsequente desenvolvimento do comércio» somado à «indiscreta tolerância que lhes permite a criação de novas casas e arruamentos»; o numeramento do Leal Senado de 1837 sugere uma população de 20.000 chineses; o primeiro censo moderno, realizado em 1867, apura uma população geral de 71.842 pessoas, das quais mais de 50.000 são consideradas chinesas; o recenseamento de 1871 assiste a um decréscimo populacional para 66.267 habitantes, mas mantendo o volume da população chinesa; o censo mais detalhado de 1878 apura uma população chinesa de 63.532 pessoas para 4.476 classificados como «portugueses» e 122 «estrangeiros»; o recenseamento de 1910, normalmente considerado o primeiro levantamento «científico» da população de Macau, arrola 74.860 habitantes chineses contra 3.106 portugueses nascidos em Macau, 996 portugueses metropolitanos e 131 portugueses nascidos em «outras colónias». Não vale a pena percorrer exhaustivamente a sucessão de recenseamentos para se chegar aos 8.106 residentes de Macau que, no último censo, em 2011, foram classificados como de «etnicidade» portuguesa, sino-portuguesa e eurasiática. A alteração da população e da sociedade descrita por Staunton através dessa simétrica divisão entre «portugueses» e chineses tinha-se dado já desde o arrolamento militar de 1822: a população *cristã* de Macau, um punhado de portugueses para muitos eurasiáticos mais os seus escravos e criadagens, transformara-se numa minoria: a palavra *macaense* inventa-se para defender uma comunidade que, durante 350 anos, tinha dominado estavelmente a sociedade e a economia da península.

Organizado ao longo de Abril de 1822 por agentes militares, visitando os fogos da cidade *crístã* à noite, depois de fechadas as portas das muralhas, o levantamento militar visava determinar a população masculina disponível para recrutamento local e mobilização em caso de crise que se prenunciava com a progressiva pressão comercial do imperialismo britânico na China. Dirigido pelo coronel de artilharia José de Aquino Guimarães e Freitas, nascido em Minas Gerais, no Brasil, o censo militar foi publicado na sua *Memória de Macau*, impressa em Coimbra, em 1828, apresentando a seguinte dispersão paroquial da população intra-muros: na freguesia da Sé encontraram-se 289 homens maiores de 14 anos, 251 menores, 1342 mulheres e 248 escravos; a freguesia de S. Lourenço reunia 258 homens maiores de 14 anos, 170 menores, mais 1058 mulheres e 236 escravos; na pequena freguesia de S. António arrolaram-se somente 59 homens maiores, 52 menores, 301 mulheres e 53 escravos. A preponderância feminina neste censo é ainda evidente - 2701 mulheres contra

606 homens maiores de 14 anos e 473 «menores» -, mas encontrava-se provavelmente em rápido declínio face a uma população chinesa estimada em 8.000 pessoas, maioritariamente masculinas. Mais importante é a divisão tripartida da população recensada com bastante rigor miliciano no interior da *cidade crístã*: os habitantes cristãos estavam arrolados em três «classes» distintas de «europeus; mestiço-europeus; mestiço-asiáticos». «A primeira é mui conhecida para exercer o meu pincel», escreve Freitas na sua memória do censo; «a segunda demasiadamente trigueira, e raras vezes deixa de exhibir os vícios da enxertia como acontece ao produto de branco com preta, ou vice-versa, se é possível»; enquanto a terceira «é a mais horrenda variedade da espécie humana; variedade que parece abandoná-la para entrar no imediato anel da cadeia dos seres orgânicos». Neste relatório do arrolamento militar, José de Aquino Guimarães e Freitas esclarece que essa «segunda classe», trigueira e enxertada, tinha um nome: macaense. Para geral sossego, adianta em

continuação que o «Macaense é espirituoso, sóbrio, ortodoxo e, conseqüentemente, bom cidadão», em contraste com a «terceira classe» que «conserva ainda bastantes ressaibos do carácter moral sínico, o que perfeitamente se compagina com o físico». Retenha-se que, nesta memória do arrolamento militar de 1822, o seu responsável entende por *macaense* um «mestiço-europeu» que discrimina desses outros «mestiço-asiáticos» quase assassinados como a «mais horrenda variedade da espécie humana». A comum identidade cristã não era, assim, para estas concepções, condição de fraternidade comunitária, vazando-se numa discriminação étnica que se viria a tornar persistente nas representações culturais subsequentes dos *macaenses*, instalando-se depois em estudos mais ou menos académicos, ensaios variados, textos de opinião muitos mais a abundante intriga, inveja e rumores que se foram fixando para ficar nos muitos jornais, clubes, associações, grupos, cartas, comédias e sátiras largamente difundidos pelo século XIX macaense.

Os *macaenses* - na verdade muito mais esses «mestiço-europeus» - foram rapidamente multiplicando as estruturas em que se afirmava uma identidade distinta da maioria chinesa da população, diferente também da do português «metropolitano», para reivindicar o seu papel histórico prioritário e singular na criação e desenvolvimento de Macau. Um capitalismo tipográfico de jornais, revistas, publicações ou simples panfletos foi difundindo a singularidade macaense. Um primeiro jornal, intitulado «Macaista Imparcial», surge em 1837, seguido dois anos depois pelo «O Correio Macaense», sucedendo-se uma torrente de outros jornais em que não faltam os nomes curiosos, as lutas políticas e o afrontamento de projectos grupais e pessoais: O Independente, Echo Macaense, Oriente Portuguez, Lusitano, A Voz do Crente, O Progresso, A Colónia, A Juventude, O Echo do Povo, o Liberal, O Macaense, o Patriota, A Academia, A Opinião, Nun'Álvares, A Pátria, O Combate, Diário de Macau, A Verdade, Jornal de Macau, O Petardo, A Voz de Macau. Com os jornais multiplicam-se salas de leitura, a par de salões, clubes, saraus, teatros e as mais variadas produções culturais.

Em alguns casos (na verdade, muito poucos), aparecem os primeiros estudos em que se procura desfiar a identidade macaense, rapidamente descobrindo essa língua predominantemente feminina que se identifica normalmente como *patuá*, mas que maquista é mais correcto dizer-se. Encontra-se esparsamente em alguns

documentos oficiais dos séculos XVII e XVIII, nomeadamente nesses detalhados inventários de defuntos ditados ao Juiz dos Orfãos por viúvas de origem chinesa ou euroasiática que, depois de perderem os seus maridos portugueses ou mestiços em aventuras marítimas longe de Macau, se viam obrigadas a discriminar haveres - do mobiliário à cozinha, das roupas aos escravos, dos dinheiros às dívidas ao boticário chinês - em que se multiplicam os termos e ditos maquistas que os escrivães do juízo não conseguindo transcrever em perfeito português mantinham (não sem frequentes queixas contra a «ignorância» destas mulheres...) nas suas formas orais. Alguns dos jornais macaenses e, sobretudo, essa referencial revista entre história, antiguidades e curiosidades que foi o *Ta-Si-Yang-Kou*, dirigida por Marques Pereira entre 1899 e 1901, foram divulgando (e assim preservando...) cartas, comédias, receitas, contos e versos em maquista em que quase sempre se surpreende uma sátira mordaz face ao outro chinês, mas também chistes e muito gozo dirigido ao português metropolitano

senão mesmo único, das realidades macaenses em que se inclui uma generosa absorção de tradições e crenças chinesas que distingue completamente o macaense do «português».

Infelizmente, a representação cultural dos macaenses foi muito mais escrita e publicada por portugueses, dos responsáveis políticos aos intelectuais e professores, do que pela própria comunidade, progressivamente obrigada a partir de 1850 a dispersar-se por Hong Kong, Xangai para, depois da revolução chinesa de 1949 e da Segunda Guerra Mundial, rumar ainda mais longe em direcção a Portugal, ao Brasil, ao Canadá, aos Estados Unidos e à Austrália, horizontes em que se encontram comunidades e associações macaenses que agora se difundem por vários sites, blogs e redes sociais, desmentindo a apregoada homogeneização que haveria de se fazer com um processo de globalização que, afinal, gera também instrumentos capazes de preservar a diversidade cultural. Na verdade, o *macaense* (real e imaginado) foi sendo discutido e definido por essas gerações que, entre as décadas

REPRESENTAÇÕES CULTURAIS

que, soldados e funcionários, por Macau passavam. Sempre que estes textos em maquista se debruçam sobre a

própria comunidade destacam a sua ambigüidade, partilha e intermediação, mas sublinhando o seu conhecimento superior,

finais do século XIX e a primeira metade do século XX, pretenderam educar a sociedade macaense a partir das suas posições políticas, intelectuais e docentes, como se descobre nos textos de José Gomes da Silva, Wenceslau de Moraes, Mateus António Lima, Camilo Pessanha e Manuel da Silva Mendes, este último especialmente hostil ao *maquista* e, com ele, tudo o que esta geração representava como retrógrado e obscurantista entre os macaenses que os protegiam e com eles foram estudando no novel Liceu de Macau. Para além destas instituições educativas oficiais, muitas outras formações, das bandas de música militares aos simples anúncios oficiais, mais tarde a radio e ainda muito mais tarde a televisão, foram concorrendo para limitar e transformar várias características culturais dos macaenses, assim convidados a encontrar numa certa ideia de portugalidade um dos seus principais pilares identitários. O que, em rigor, aconteceu, mas sem dissolver definitivamente as dimensões fundamentais de partilha, intermediação e mesmo ambigüidade em que felizmente se movimentam os *macaenses* muito pouco interessados, hoje como no passado, em definir-se. Uma tarefa generosamente deixada aos outros, nomeadamente a esses portugueses colocados em posições políticas e sociais «superiores» que, assim, lá conseguiram fazer prosa mais ou menos abundante para desvendar «superiormente» o mistério macaense.

Leia-se, por isso, um paradigma do género nas saborosas páginas que o coronel Bento da França (1833-1889), breve governador de Timor e secretário do governo de Macau, dedicou em obra de 1897 à fisionomia, vestuário, vida, hábitos e língua dos macaistas.



A FISIONOMIA, HÁBITOS E LÍNGUA DOS MACAISTAS: NUNCA BOM JOGÀ

O tipo dos macaistas é perfeitamente original e, forçoso é dizê-lo, não tem nada de bonito: predominam nele alguns traços gerais mongólicos, mas também participa de feições de europeus, malaios, canarins, etc., etc. É produto de grande mistura de raças e sub-raças, resultante de repetidos cruzamentos feitos à mercê do acaso. Em geral, são os macaistas de estatura média e menos mal conformados de corpo; têm os pés pequenos e bem lançados, os pomolos salientes, o nariz um pouco achatado, os olhos ligeiramente oblíquos e o cabelo corredio. Homens e mulheres conservam aproximadamente o mesmo tipo e características, sendo-nos agradável consignar aqui que algumas *filhas de Macau* vimos com fisionomia acentuadamente portuguesa e se nos depararam senhoras, é verdade que poucas, de beleza apreciável.

Duas palavras acerca do vestuário. Macau talvez a única cidade da China em que se mantém o uso de trajes europeus. Os rapazes da cidade do Santo Nome de Deus são apuradíssimos no vestir e apresentam-se nos passeios, na Praia Grande, etc., etc., sempre correctos e apumados. Exibem fraques e sobrecasacas acatitadas, calças de cores vistosas, botas feitas a capricho, colarinhos bem engomados e gravatas espalhafatosas. As senhoras de melhor ostentam vistosos vestuários de cores vivas, procurando acompanhar as modas de Paris que, seja dito de passagem, chegam lá bastante antiquadas. Há, porém, um traje característico das macaistas. Consiste este num *dó* (mantilha de seda preta que cobre a cabeça e parte do busto) em que vão completamente embuçadas, e numa saia preta de lã com miúdos folhos de alto a baixo. Cremos por terem, quase sempre, pé e perna bem feitos, que costumam arregaçar bastante as saias e mostrar garridas meias.

Conquanto tenham a preocupação de se mostrarem sempre superiores aos chins, chegando até a tratá-los com grande desprezo, não se pode negar que os macaistas conservam certos hábitos dos chineses e vivem um pouco à moda deles. Não queremos com isto significar que as famílias que têm mais trato conosco, não hajam adquirido parte do modo de viver europeu, não, que isso seria faltar à verdade. Sem embargo, pretendemos dizer que todos, mais ou menos, se ressentem do contacto com aquele povo e que, a gente mais humilde, quase confunde o seu viver doméstico com o dos chins. Em favor da asserção acima poderíamos aduzir muitos exemplos, mas basta mencionar aqui que os macaistas não só acham suportáveis, como até bons, certos pitéus da exótica culinária chinesa e que nos partos das mulheres se observam todas as precrições que as chinas põem em prática em tais casos.

As senhoras de Macau são bastante indolentes e estão acostumadas a ter criadas para tudo. Apreciam muito as suas partidas de *pau preto*, jogo a que são muito aferradas e em que se entretêm às noites: é o dominó modificado. Isto pelo que toca a usos caseiros, pois que no respeitante à vida exterior torna-se necessário juntar algumas palavras. Durante o dia é raro verem-se *nhonas* (senhoras de Macau). De manhã, porém, aí das seis às nove horas, encontram-se em grande quantidade a caminho das igrejas ou regressando já de missas e ofícios. Poucas vezes se vêem à janela, todavia estão quase sempre detrás das persianas e gelosias dando fé do que se passa. À noitinha, no Verão, é frequente saírem a passeio em busca de algum fresco. É claro que nos temos referido às *nhonas* propriamente ditas, isto é, as senhoras de Macau aferradas aos costumes antigos, porquanto há algumas que dão reuniões, frequentam a nossa sociedade e até fazem gala em europeizar-se, permita-se-nos o neologismo. Em todo o caso, em geral são muito acanhadas e têm grande dificuldade em sustentar uma conversação conosco, o que não impede as *nhonhonhas* (rapartigas solteiras) se não dêem por muito felizes em casar com europeus.

Os homens são menos atados para conosco, mas muito cheios de si e dos seus merecimentos. Quase todos têm necessidade de empregos públicos porque as fortunas feitas com a emigração foram breve dissipadas pelo luxo e hábitos de grandeza, porém não querem aceitar senão lugares importantes. Daqui resulta terem alguns sido forçados a abaixar a proa, aceitando cargos somenos em relação às suas aspirações, mas só depois de lutarem com grandes dificuldades. Outros vêm-se obrigados a expatriar-se, indo para Hong Kong, vários pontos da China, Cochinchina, etc. É preciso dizer, em abono da verdade, que são muito

apreciados como empregados de comércio e que têm habilidade para quase tudo quanto se metem a fazer. De entre muitas qualidades boas que possuem, avulta um defeito grave que consiste em estarem sempre prontos para dizer mal de Portugal, facto que faz péssimo efeito perante os estrangeiros. Que os macaistas não tomem entre dentes esta asserção, porquanto não temos dúvida em confessar que ficámos sempre gratos à acolhida que nos fizeram, ao que acresce querermos supor que tal modo de proceder lhes vem do contacto conosco que, infelizmente, também temos a mesma pecha. Tenham paciência; a probidade do escritor obriga-nos a pôr a verdade acima de tudo, tanto mais que nos é lisonjeiro afirmar também que estes sentimentos só se manifestam da boca para fora, pois que o coração é português de lei.

De todas as curiosidades que os macaistas possam oferecer aos observadores europeus, nada é de certo mais interessante do que a linguagem de que entre si se servem: é uma espécie de dialecto em que, de envolta com português de 1500, andam locuções e frases inglesadas. Os homens, mais afeitos ao nosso convívio, pode dizer-se que falam conosco um português aceitável, se bem que a pronúncia venha afectada do descanso e adocicado de que enfermam as línguas neo-latinas nos climas inter-tropicais. Entre eles, porém, e, sobretudo, na sociedade feminina é usada uma linguagem por extremo curiosa que nós, europeus, mal podemos decifrar, mercê do que tem de caprichoso e convencional. Além de algumas palavras muito adulteradas, outras de pura fantasia, de locuções arrevesadas e de frases de convenção, entremetem *nhonhas* e *nhonhonhas* nos seus cavacos íntimos, gritinhos, risos, exclamações, etc., que tornam de um cunho completamente original o seu *papiá*, como elas dizem.

A conjugação dos verbos é de uma singeleza e ratice dignas de menção. Pega-se de um verbo e toma-se um modo, um tempo e pessoa que o uso adoptou por acaso ou capricho; com esta palavra e o auxílio de três partículas *já*, *tá* e *logo* obtêm-se todas as flexões. Por exemplo: do verbo ser torna-se *são*. E assim se diz: no presente *tá são*; no pretérito, *já são*; no futuro, *logo são*. Isto para todas as pessoas do singular e plural. No verbo fazer é o próprio infinito o usado, e desta arte se diz: *eu tá fazê*; *vós logo fazê*; *ela já fazê*. Os géneros são quase todos trocados ou escolhidos à tãa. Assim se diz: *vós otro nam quêro pó sua pé meu casa* (você não quer pôr os seus pés na minha casa). Muitas vezes o não é substituído por *nunca*, dizendo-se: *são nunca?* (é ou não verdade?). Ou ainda: *nunca bom jogà* (não é bom jogar).

(Bento da França, *Macau e os seus habitantes*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897, pp. 198-201)



Funções Culturais

Federar, Preservar Memórias e Educar as Novas Gerações: um Museu e Centro de Estudos da Memória Macaense

As funções culturais tradicionais de partilha, intermediação e afirmação identitária, os macaenses e as suas associações podem (e devem) associar renovadas missões. Na verdade, os macaenses não precisam rigorosamente de organizar listas eleitorais e procurar contar votos para destacar a sua indispensabilidade na vida social, política e cultural de Macau. As suas funções simbólicas sobrepujam largamente o imediatismo das agendas políticas - às quais, aliás, os macaenses aderem (ou ignoram...) na mais saudável das pluralidades - para impor um papel de agenciamento da memória cultural e da preservação dos patrimónios culturais da RAEM que é difícil encontrar em outro qualquer grupo mais ou menos organizado em associação política e concorrente eleitoral, recorrente ou de ocasião. Afigura-se, assim, ser precisamente na actualização da memória e na preservação do património, das rotinas quotidianas do comer, conviver e conversar ao domínio mais amplo do património histórico que se descobre a actualização funcional da circulação pública dos macaenses através das suas associações e pluriformes protagonistas. Paradigma significativo destas funcionalidades encontra-se, entre outros, no grupo *Dóci Papiacám di Macau* através dessa continuada produção teatral pública de uma série de peças que, recreando criativamente o maquista, mas sem perder algumas das suas estruturas lexicais identitárias, destaca o papel de intermediação e observação culturais que os macaenses sempre dirigiram a uma sociedade transcultural que deciframos finamente entre sátira, tipos cómicos e folclóricos. Uma função absolutamente indispensável já que nenhuma sociedade verdadeiramente livre e aberta pode viver sem uma observação crítica de si própria em que se avisa, analisa e prepara criticamente o devir.

Os debates académicos sobre a identidade dos macaenses ou a verdadeira biblioteca cultural que se organiza em torno da língua maquista têm, naturalmente, o seu interesse, mas a sua especialização não pode ser obstáculo à acção. Com efeito, existem actualmente associações e organizações suficientemente activas que se foram formando em torno de um entendimento

memorial, mas plural, da história dos macaenses: à APIM, fundada ainda em 1871, junta-se a Associação dos Macaenses (ADM), as associações gastronómicas e, mais recentemente, a promissora Associação dos Jovens Macaenses, formações que se podem alargar a outros intervenientes importantes como tem sido o Instituto Internacional de Macau (IIM) que, sobretudo através de conferências, exposições e publicações, tem vindo a concretizar uma colecção de acções qualificada na divulgação internacional das memórias e culturas macaenses, nomeadamente entre as suas diásporas que se organizam em diferentes Casas de Macau e dos Macaenses, de Portugal ao Brasil, do Canadá à Austrália. Parece, por isso, ter chegado a altura rigorosamente aritmética para federar as diferentes vontades, actividades e até mesmo identidades que circulam entre estas instituições em torno de um projecto que possa unificar a memória macaense, preservar actualizadamente os seus legados culturais e contribuir para educar as novas gerações: a criação e desenvolvimento de um **Museu e Centro de Estudos da Memória Macaense** parecem tão necessários como urgentes. Necessário para preservar e exibir pedagogicamente um património cultural único - documental, imagético, artístico tanto como memorial e simbólico - e mais do que urgente se atendermos às muitas bibliotecas imperdíveis que se guardam da memória da cidade e da sua vida entre os avós dos que continuam a identificar-se como macaenses - a resgatar imediatamente. Espaços, edifícios vetustos a recuperar e a animar não faltam por aí. Um bom exemplo a seguir, tão conseguido como criativo, pode encontrar-se na multiplicidade de actividades que o *Albergue da Santa Casa*, sob a avisada coordenação do Arquitecto Carlos Marreiros, tem vindo a mobilizar em torno das artes e das indústrias criativas, estendendo-se do design à moda, destacando a auspiciosa conexão entre a animação de um espaço cultural tradicional da memória macaense e a actualização de um legado pluriforme que se pode vazar em instrumento dessa criatividade contemporânea sem a qual

as comunidades escoradas em demorado passado deixam simplesmente de (sobre)viver enquanto lugares da memória da *polis* e suas gentes.

Um projecto federador, criativo e pedagógico em torno de um Museu e Centro de Estudos da Memória Macaense pode cumprir funções tão simples como albergar condignamente todas as associações macaenses (oferecendo até ao *Dóci Papiacám* o espaço de ensaios, produção e divulgação de que nitidamente precisa), alargando-se depois aos domínios da museologia da memória macaense - da fotografia ao documento, do vídeo às exposições criativas -, desenvolvendo igualmente a maior biblioteca de estudos macaenses, oferecendo também restaurantes, áreas pedagógicas, infantis, ensino da história e cultura macaense, incluindo cursos de aprendizagem desse maquista que, pelo menos recreativo, é muito mais gostoso do que o *bué* que a minha filha de seis anos agora trouxe directamente da escola para nossa casa. Acresce que o panorama dos muitos museus de Macau é datado, carece de actualização cultural e social, pelo que um Museu e Centro de Estudos da Memória Macaense pode oferecer um espaço vivo, moderno, federador e aberto às mais variadas frequências internacionais, do turismo às facilidades de investigação. Matérias documentais, da fotografia aos velhinhos filmes de super-8, passando por mobiliários, retratos muitos e bibliotecas variadas, existem em muitas famílias macaenses. Um projecto para um Museu e Centro de Estudos da Memória Macaense não é uma dádiva, mas uma obrigação de uma Região Administrativa Especial da República Popular da China que encontra nas comunidades macaenses essa intermediação entre o Ocidente e o Oriente que se continua a agitar como condição fundamental da singularidade extraordinária de Macau. Sem limitar debates, acesas contradições e vividas disparidades, chegou o momento cultural de concluir na mais singela operária mentalidade: mãos à obra que, sem obra, os Macaenses continuarão certamente a mobilizar alguns autores, protagonistas variados e muitos mirones, mas não as mãos dos artífices com que se preserva e recria uma identidade única que é parte indispensável das identidades e dos patrimónios culturais que tornam singular Macau. I.C.S.

PUBLICA TEXTOS DE ESTUDO E OPINIÃO SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL DAS LUSOFONIAS



SER OU NÃO SER MACAENSE?-EIS A QUESTÃO!

Não me vou alongar muito em considerações antropológicas sobre este tema, mas o ser-se **MACAENSE** ou não, é de facto tudo aquilo que já aqui foi escrito nas páginas deste Jornal e noutros, por conterrâneos meus ou por pessoas que não são naturais desta cidade do Santo Nome de Deus de Macau e está fundamentalmente no sentir do que nos vai na alma.

Nasci no Hospital de São Rafael e a minha primeira casa foi a Fortaleza do Monte (o meu Pai era militar em comissão de serviço) há meio século e, desde aí, também eu procuro uma resposta para esta pergunta.

Mas será que o facto de aqui termos nascido nos dá acesso à “TRIBO” dos Macaenses? Ou serão as nossas raízes o factor preponderante para nos considerarmos “GENTI DI MACAU” ou “MACAU FILO” (do patuá - PESSOAS DE MACAU ou FILHOS DA TERRA)? Todos estes factores são preponderantes mas, volto a repetir, ainda não são condição *sine quanon* para o ser-se Macaense! Mas há mais..., muito mais...

Na minha modesta análise ao longo destes últimos 50 anos dos quais praticamente 40 foram aqui vividos, a definição do abstracto ao mais concreto passa pelas seguintes premissas lógicas (que me perdoem os peritos em Informática): pois aqui vai então para o bem e para o mal o rol de virtudes e defeitos dos “maquistas chapados”, salvo as devidas excepções evidentemente.

O MACAENSE É:

• Um individuo que sofre imenso de **saudades** de Macau quando está fora por um período superior a 15 dias;

- Não passa sem o **Minchi** e o **Chit Cheong Fan**, **apa-bico**;
- Come **caldo verde** e **bacalhau**, **xilicotes** e **ah tossi**;
- E o **bolo menino** e o **mármore**;
- **Sabe beber tinto** e **whisky** sem cair para os lados;
- É um pinga amores (**Ele - galo-dodo!**), um romântico, **carinhoso** (ela - **xistosa!**);
- Só ele sabe aplicar bem o termo “**CHUPÁ OVO**”;
- Nunca se **deixou enganar** por pára-queidistas ou arrivistas;
- **Sofre** muitas das vezes **calado**;
- **Insurge-se** contra as **injustiças**;
- No dia a dia **usa 40%** de palavras em cantonense no seu discurso;
- Gosta muito de **papiá** e ainda não se esqueceu do **patuá dos Avós**;
- **Não admite** que se **mal-trate ninguém**, muito menos um conterrâneo seu!;
- **Orgulhoso** e não esquece facilmente o mal que lhe fizeram;
- Tem muito **bom coração**;
- Por vezes gosta de **chuchumecar**;
- **Católico** (por vezes não tanto praticante quanto os Padres gostariam que fosse);
- **Supersticioso**, acredita muito em superstições chinesas;
- Gosta de ter um carro novo de dois em dois anos e com matrícula bonita!;
- Já foi a **FÁTIMA** mais de 3 vezes na vida;
- Joga **bólinha** e **hóquei** em campo como ninguém;
- Não passa sem a **majongada** aos fins de semana;
- **Tem amigos** de todas as raças, cores e credos.



• Luís Machado •